



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**Andressa Camylle Alves de Oliveira**  
**Vitoria Felix do Nascimento**

**GÊNERO E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA**  
**REVISÃO DE LITERATURA**

Maceió – AL

2025

Andressa Camylle Alves de Oliveira

Vitoria Felix do Nascimento

## **GÊNERO E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Felix da Silva

Maceió – AL

2025

**ANDRESSA CAMYLLE ALVES DE OLIVEIRA  
VITORIA FELIX DO NASCIMENTO**

**GÊNERO E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE  
LITERATURA**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 04/06/2025.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Felix da Silva (CEDU/UFAL)

**Comissão Examinadora**

Documento assinado digitalmente  
 **JEANE FELIX DA SILVA**  
Data: 27/07/2025 18:18:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Jeane Felix da Silva  
(CEDU/UFAL)  
Presidente<sup>a</sup>**

Documento assinado digitalmente  
 **LUIZA CRISTINA SILVA SILVA**  
Data: 19/06/2025 08:41:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Luiza Cristina Silva Silva  
(CEDU/UFAL) - Avaliadora**

Documento assinado digitalmente  
 **JORDANIA DE ARAUJO SOUZA GAUDENCIO**  
Data: 12/06/2025 10:11:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Jordânia Araújo Souza Gaudêncio  
(CEDU/UFAL) - Avaliadora**

# GÊNERO E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Andressa Camylle Alves de Oliveira  
CEDU/UFAL  
[andressa.alves@cedu.ufal.br](mailto:andressa.alves@cedu.ufal.br)

Vitória Felix do Nascimento  
CEDU/UFAL  
[vitoria.felix@cedu.ufal.br](mailto:vitoria.felix@cedu.ufal.br)

Profa. Dra. Jeane Felix da Silva  
CEDU/UFAL - Orientadora  
[jeane.silva@cedu.ufal.br](mailto:jeane.silva@cedu.ufal.br)

## RESUMO

Este artigo aborda gênero e docência na educação infantil, com foco na imagem das educadoras que atuam nessa fase tão essencial do desenvolvimento escolar. A pesquisa parte da seguinte questão: Quais são as principais construções de gênero identificadas na literatura, entre os anos de 2020 a 2024, que aborda a prática pedagógica de educadoras na educação infantil? A partir dessa pergunta, tem-se o seguinte objetivo geral: conhecer as construções de gênero presentes na literatura sobre a prática pedagógica de educadoras na educação infantil, no período de 2020 a 2024; e os seguintes objetivos específicos: mapear como a literatura acadêmica descreve a influência das identidades e experiências de gênero das educadoras em suas práticas pedagógicas na educação infantil; e identificar as diferentes perspectivas sobre gênero no contexto da educação infantil e o papel das educadoras. Metodologicamente, este trabalho se situa no campo da pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. A coleta de dados foi realizada na base de dados *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*. A busca foi realizada utilizando combinações entre os seguintes termos-chave: “Educação Infantil e Gênero”, “Docência e educação infantil e gênero”. A amostra final foi composta por 9 artigos que constituíram a base para a análise crítica sobre as representações e experiências de gênero no exercício da docência na educação infantil. A revisão da literatura permitiu mapear as construções de gênero presentes nas práticas pedagógicas das educadoras, com destaque para as questões relativas à reprodução de estereótipos de gênero e ao papel da educadora na desconstrução desses estereótipos. A maioria dos artigos revisados concentrou-se em abordagens teóricas, carecendo de estudos empíricos que possam aprofundar a compreensão da implementação de práticas pedagógicas que considerem as questões de gênero no dia a dia escolar.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Gênero; Docência.

## **ABSTRACT**

This article addresses gender and teaching in early childhood education, focusing on the image of educators who work in this crucial phase of school development. The research begins with the following question: What are the main gender constructions identified in the literature, from 2020 to 2024, that addresses the pedagogical practice of female educators in early childhood education? Based on this question, the following general objective is: to understand the gender constructions present in the literature on the pedagogical practice of female educators in early childhood education, from 2020 to 2024; and the following specific objectives: to map how the academic literature describes the influence of female educators' gender identities and experiences on their pedagogical practices in early childhood education; and to identify the different perspectives on gender in the context of early childhood education and the role of female educators. Methodologically, this work falls within the field of qualitative bibliographic research. Data collection was conducted in the Scientific Electronic Library Online (SciELO) database. The search was conducted using combinations of the following key terms: "Early Childhood Education and Gender," "Teaching and Early Childhood Education and Gender." The final sample consisted of nine articles that formed the basis for a critical analysis of gender representations and experiences in early childhood education teaching. The literature review allowed us to map the gender constructions present in educators' pedagogical practices, highlighting issues related to the reproduction of gender stereotypes and the role of educators in deconstructing these stereotypes. Most of the reviewed articles focused on theoretical approaches, lacking empirical studies that could deepen the understanding of the implementation of pedagogical practices that consider gender issues in daily school life.

**Keywords:** Early Childhood Education; Gender; Teaching.

## 1. Introdução

A pesquisa foi proposta com o tema gênero e docência na educação infantil, com foco na imagem das educadoras que atuam nessa fase tão essencial do desenvolvimento escolar. Para analisar como as questões de gênero podem influenciar a percepção social e profissional da figura da educadora que atua na educação infantil.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem sido historicamente relacionada ao cuidado com as crianças, o que tradicionalmente tem sido atribuído às mulheres. Essa associação entre gênero e função pedagógica reforça estereótipos que moldam a forma com que a sociedade vê essas educadoras, podendo impactar o reconhecimento da sua competência profissional e a valorização do seu trabalho (Vianna, 2001/02). Assim, partimos do pressuposto que existe uma forte relação entre gênero e educação infantil, particularmente na construção das identidades dentro do ambiente escolar.

A importância deste estudo se justifica pela demanda de entender como os estereótipos de gênero reforçam ou desafiam a prática docente e o reconhecimento da profissão, especialmente na Educação Infantil. A análise propõe uma reflexão sobre como as educadoras que atuam nessa etapa da Educação Básica são vistas, como o gênero impacta suas trajetórias profissionais e de que maneira esses fatores influenciam a própria estrutura da Educação Infantil.

Além dos fundamentos teóricos que sustentam esta pesquisa, também há uma motivação pessoal construída a partir da vivência profissional em sala de aula. Ao longo de três anos atuando na Educação Infantil, percebi como o trabalho das educadoras nessa etapa é frequentemente desvalorizado e invisibilizado. Essa desvalorização não vem apenas das famílias das crianças, mas também de setores institucionais, como a própria Secretaria de Educação do município, que frequentemente celebra os avanços do Ensino Fundamental I e II, enquanto ignora os processos e conquistas da Educação Infantil, como se nada relevante ou formativo ocorresse nesse espaço. Tal percepção reforça estigmas históricos que reduzem o nosso fazer pedagógico ao simples cuidado, negando sua complexidade e intencionalidade.

Outro ponto que despertou nosso olhar para a pesquisa foi a ausência quase total de professores homens nas escolas e creches onde atuamos. Em reuniões e momentos de planejamento, é possível contar nos dedos a presença masculina, o que escancara o quanto a Educação Infantil ainda é percebida como um espaço exclusivo das mulheres. Na instituição em que trabalho, por exemplo, a única figura masculina é o porteiro, enquanto todo o trabalho com as crianças é associado a um suposto "instinto materno", e não à formação profissional. Experiências como essas, somadas aos debates vivenciados durante o curso de Pedagogia, despertaram em nós o desejo de aprofundar e problematizar a relação entre gênero e docência, especialmente na primeira etapa da Educação Básica.

Diante deste contexto, a pesquisa parte da seguinte **questão**: Quais são as principais construções de gênero identificadas na literatura, entre os anos de 2020 a 2024, que aborda a prática pedagógica de educadoras na educação infantil? A partir dessa pergunta, a pesquisa tem o seguinte **objetivo geral**: conhecer as construções de gênero presentes na literatura sobre a prática pedagógica de educadoras na educação infantil, no período de 2020 a 2024. A pesquisa tem os seguintes **objetivos específicos**: mapear como a literatura acadêmica descreve a influência das identidades e experiências de gênero das educadoras em suas práticas pedagógicas na educação infantil; e identificar as diferentes perspectivas sobre gênero no contexto da educação infantil e o papel das educadoras.

Com esses objetivos buscamos refletir sobre como as questões de gênero atravessam a atuação das educadoras na educação infantil. A escolha do tema decorre de nossas inquietações pessoais e acadêmicas em relação às questões de gênero no cotidiano escolar, especialmente atuando como professoras da educação infantil. Durante as nossas vivências como estudantes e professoras, percebemos que, em geral, os/as profissionais que atuam nessa fase são mulheres, o que levanta questões sobre as implicações dessa realidade para a construção da imagem das educadoras, para a valorização da profissão docente e para as relações de gênero na escola.

A baixa quantidade de educadores homens na educação infantil demonstra que essa etapa da escolarização tem sido vista como uma “vocação feminina”, direcionando os homens para outros níveis de ensino, privando as crianças de vivências educacionais

mais diversas no sentido de gênero. Isso reforça a ideia de que o cuidado e a formação da primeira infância seriam responsabilidades exclusivamente femininas, limitando as oportunidades para educadores homens e desvalorizando a atuação profissional nessa etapa.

Essa predominância feminina na docência na Educação Infantil muitas vezes resulta na associação do trabalho das educadoras ao cuidado e ao suposto "instinto materno", reduzindo seu papel a funções “naturalmente” femininas, desconsiderando a formação pedagógica e o preparo profissional exigidos para atuar nessa área. Em vários momentos, como já ouvimos, as educadoras são tratadas como figuras maternas ou mesmo “babás fornecidas pelo governo”, o que reforça uma percepção limitada e desvalorizada da docência na Educação Infantil. Essa visão estereotipada de gênero vincula as mulheres às tarefas de cuidado e afeto, dificultando o reconhecimento do trabalho docente como uma profissão, que demanda formação superior no curso de Pedagogia.

Reconhecer que o exercício da docência, em qualquer etapa da escolarização, demanda formação e qualificação profissional. A profissionalidade docente está intimamente ligada à qualidade da prática educativa, as competências e habilidades adquiridas durante a formação inicial e continuada, e a capacidade de refletir sobre a própria prática em relação às demandas sociais e educacionais. A busca por uma identidade docente sólida envolve a conscientização sobre o impacto das vivências individuais e coletivas no exercício da profissão destacando a necessidade de um olhar atento às dimensões pessoais e sociais que influenciam o ato de ensinar. Assim, a profissionalidade reflete a complexidade e a especificidade dessa profissão. (Gorzoni; Davis, 2017).

Diante disso, este artigo está estruturado da seguinte forma: esta Introdução, na qual apresentamos o tema, os objetivos e a justificativa da pesquisa; no Referencial Teórico discutimos as bases conceituais que fundamentam o estudo, abordando a feminização do magistério e as construções de gênero na educação infantil. A Metodologia detalha os procedimentos adotados para a revisão bibliográfica. Em Resultados e Discussões, analisamos as principais construções de gênero identificadas nos trabalhos mapeados, divididas em três eixos temáticos: identidade de gênero e prática



pedagógica, reprodução e desconstrução de estereótipos, e desafios da formação docente. Por fim, nas Considerações Finais, sintetizamos as conclusões e apontamos possibilidades para pesquisas futuras.

## **2. Referencial Teórico**

No campo da Educação Infantil destaca-se a predominância de profissionais mulheres. Segundo o Censo Escolar do ano de 2022, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as mulheres representam 97.2% dos profissionais que atuam em creches e 94.2% na pré-escola. Esses números revelam uma ampla presença feminina na etapa inicial da trajetória escolar regular. Além disso, na educação básica na totalidade, 79.2% do corpo docente é composto por mulheres, reforçando o papel significativo desempenhado por elas no ensino brasileiro, reflexo de uma construção social que associa a mulher ao cuidado e à educação das crianças desde o início da vida (Brasil, 2022).

A educação infantil passou por diversas transformações sociais, econômicas e políticas, assim como as mudanças na percepção sobre a função da infância e da educação. Essa evolução foi ocorrendo em momentos marcantes que colaboraram para a consolidação da educação infantil como um direito e uma fase primordial no desenvolvimento humano. (Araújo; Auer; Taquini, 2021).

Ao longo da história, as concepções sobre infância e educação passaram por muitas mudanças impulsionadas por fatores sociais, econômicos e políticos. A infância tem sido vista de diferentes maneiras a depender do período. Na idade média, as crianças eram vistas como “pequenos adultos” e não tinham preocupações representativas sobre a educação e o desenvolvimento. Com a chegada do século XVII, pensadores como Jean-Jacques Rousseau começaram a abordar que a infância como uma fase única e com suas necessidades próprias (Soares, 2024).

No Brasil, a educação formal iniciou com um caráter predominantemente masculino e religioso, marcado pela atuação dos jesuítas. Além de se dedicarem à catequização dos indígenas, os Jesuítas também focaram na formação de meninos e

jovens brancos das elites. Esse modelo permaneceu vigente por muitos anos, até que, na segunda metade do século XIX, mudanças significativas e manifestações contra a discriminação feminina começaram a ocorrer, incluindo a feminização do magistério. Com a abertura das escolas para a participação feminina, as mulheres gradualmente se tornaram maioria entre os/as docentes, transformando o cenário educacional no país (Ferraz, 2023).

A obra “Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista”, de Guacira Lopes Louro (2003) aborda a feminização do magistério no Brasil. Na obra, a autora analisa como a docência, especialmente nos anos iniciais, tem sido impactada por estereótipos de gênero que moldam o papel da educadora na educação infantil. Segundo a autora, essa perspectiva é fruto de construções sociais que associam o cuidado, a afetividade e a capacidade de lidar com crianças a um “dom feminino” (Louro, 2003).

A influência da Psicologia e das teorias pedagógicas contribuiu para intensificar essa visão, ao destacar que a criação de um ambiente acolhedor e afetivo seria essencial para a aprendizagem. Essa abordagem reforçou a noção de que as mulheres seriam mais adequadas para o exercício da docência na educação infantil, como sempre foram designadas para organizar o lar e cuidar das crianças, não era bem visto que assumissem funções distantes desse papel. Desse modo, consolidando o magistério como uma extensão do papel materno, muitas vezes descrito como o de “mães espirituais”, em vez de uma profissão de alta qualificação técnica (Silva *et al* 2024).

Para Louro (2003), essas construções ajudam a explicar por que a docência nos anos iniciais permanece como um campo predominantemente feminino. Além disso, elas criam barreiras sociais que dificultam a entrada de homens na profissão, perpetuando a desigualdade de gênero no ambiente escolar. A referida autora também reflete que a predominância feminina nas escolas está intimamente ligada às tarefas tradicionalmente associadas às mulheres, como o cuidado, a vigilância e a educação. Yannoulas (2011) amplia essa visão ao apontar que a feminização do magistério envolve estigmas e valores simbólicos que reforçam a ideia de que ensinar é uma atribuição “natural” das mulheres.

As reflexões de Louro (2003) e Yannoulas (2011) convergem ao mostrar como a docência nos anos iniciais é moldada por construções sociais de gênero que naturalizam a presença feminina. Louro (2003) destaca a associação entre o ensino e tarefas

tradicionalmente femininas, o que dificulta a entrada de homens na profissão. Ambas perspectivas evidenciam como essa dinâmica perpetua desigualdades de gênero na escola e na valorização do trabalho docente.

Os discursos pedagógicos, por sua vez, reforçam essa feminização ao propor que as práticas escolares devem se aproximar das relações familiares, baseando-se no afeto e na prática assistencialista. Assim, a escola se consolida como um espaço percebido socialmente como feminino, tanto em sua organização quanto nas relações estabelecidas em seu interior. Ainda, segundo Louro (2003), o casamento e a maternidade foram historicamente associados ao destino “natural” da mulher. Assim, para que as mulheres pudessem trabalhar fora do lar, o papel da professora foi se aproximar das atividades tradicionalmente femininas realizadas em casa. Durante muito tempo, a figura da professora foi relacionada à mulher “solteirona” ou daquelas que não conseguiam casar, o que levou a uma predominância de mulheres solteiras, órfãs e viúvas na docência. Essa visão consolidou a ideia de que o magistério seria uma extensão da maternidade, reforçando estereótipos que associam o papel da educadora a uma função quase exclusivamente feminina, vinculada ao cuidado e à dedicação materna. Segundo a autora:

Quem “falou” sobre as mulheres professoras, quem construiu e difundiu com mais força e legitimidade sua representação foram os homens: religiosos, legisladores, pais, médicos. Elas foram muito mais objetos do que sujeitos dessas representações. Para elas, sobre elas, em seu nome foram escritos poemas, pintados quadros, feitos discursos e orações; criaram-se caricaturas e símbolos, datas e homenagens, cantaram-se canções. Inicialmente, como vimos, combinam-se elementos religiosos e “atributos” femininos, construindo o magistério como uma atividade que implica doação, dedicação, amor, vigilância. As mulheres professoras — ou para que as mulheres possam ser professoras — precisam ser compreendidas como “mães espirituais” (Louro, 2003, p. 103-104)

Como essa visão surgiu, considerando que, inicialmente, apenas os homens tinham acesso ao conhecimento? De que forma essa percepção se enraizou em nossa sociedade, a ponto de, até os dias atuais, as mulheres serem associadas ao ato de criar e educar crianças? Em um contexto no qual mulheres e crianças não tinham suas vozes respeitadas, elas foram designadas para uma função que sempre foi definida como essencialmente feminina.

Ao longo da história, a Educação Infantil tem sido vista mais como uma prática assistencialista do que pedagógica, considerando a criança como alguém que necessita de

cuidados, um papel tradicionalmente atribuído à mãe ou outras mulheres da família. Um exemplo disso são os conhecidos comentários que muitas mulheres ouvem ao cursar Pedagogia, curso atualmente responsável por formar professores/as para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental: “Você gosta de crianças, né? Porque só faz Pedagogia quem gosta de criança!” ou ainda “Já está treinando para quando for mãe?”.

Conforme Gaia (2015), a sociedade tende a desvalorizar as educadoras ao associar seu trabalho a funções de cuidado e proteção infantil, como se fossem uma continuação da maternidade, unicamente pelo fato de serem mulheres. A valorização do cuidado leva a que as professoras sejam vistas como “mães-cuidadoras”, reforçando a ideia de que apenas mulheres são adequadas para o ensino na Educação Infantil. O estudo de Gaia (2015) mostrou que ainda há muitas barreiras para a participação masculina na Educação Infantil. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e de uma análise de campo em um Centro de Educação Infantil, ficou evidente que os homens que escolhem atuar nessa área enfrentam restrições, como a proibição de auxiliar no “banho pedagógico” ou na troca de fraldas.

Além disso, conforme Alves e Backes (2021), algumas educadoras manifestaram surpresa e até estranhamento diante da presença de professores homens, refletindo um preconceito enraizado na sociedade e dentro do próprio ambiente escolar. Essa visão reforça a ideia de que a Educação Infantil é um espaço exclusivamente feminino, dificultando a ampliação da diversidade de profissionais nessa etapa da educação.

A predominância feminina no magistério está profundamente enraizada em construções sociais de gênero que associam a docência a características historicamente atribuídas às mulheres. Vianna (2015) argumenta que essa feminização da profissão ocorre não apenas por vocação, mas também por fatores como baixos salários e condições precárias de trabalho, que afastam os homens da área. Além disso, a escola, como instituição social, reforça estereótipos que vinculam a docência infantil ao instinto materno, desvalorizando a profissão e limitando a participação masculina nesse campo.

Gênero, segundo Anjos, Oliveira e Araújo (2022), é a organização social da diferença sexual percebida, que não reflete ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim estabelece significados para as diferenças

corporais, variando conforme as culturas, os grupos sociais e o tempo. É uma categoria que se forma em uma estrutura social, e sua compreensão no contexto da Educação Infantil é essencial para abordar as desigualdades e promover respeito às diferenças desde a infância.

O artigo “O sexo e o gênero da docência”, de Cláudia Vianna (2002), também aponta que a visão do cuidado como algo natural às mulheres contribui para a desvalorização de diversas profissões femininas, como a enfermagem e a docência na educação infantil. Embora algumas mudanças estejam acontecendo, muitas educadoras ainda enfrentam tensões entre sua vida pessoal e profissional, lidando com a expectativa de que desempenhem um papel quase maternal no ambiente escolar. Ao mesmo tempo, professores homens que tentam assumir papéis mais afetivos na educação infantil encontram resistência. Diante disso, o estudo reforça a importância de romper com esses estereótipos e reconhecer o magistério como uma profissão essencial e qualificada, independentemente do gênero (Vianna, 2002).

Ao longo do tempo, o trabalho das professoras passou a ser interpretado como uma extensão do lar, reforçando a ideia de que as mulheres teriam uma vocação natural para ensinar, sobretudo crianças pequenas. Enquanto isso, os homens que atuam na docência são frequentemente percebidos como figuras de autoridade. A baixa presença masculina na Educação Infantil é resultado de um processo histórico de feminização da profissão, impulsionado por estereótipos que associam o cuidado e a sensibilidade às mulheres (Vianna, 2002).

O artigo “Masculinidades e docência na educação infantil”, de Jaeger e Jacque (2017), explora os desafios enfrentados pelos homens que escolhem atuar nessa etapa da educação. Desde a escolha do curso de Pedagogia, eles são questionados sobre sua capacidade e motivação para trabalhar com crianças pequenas, o que limita suas oportunidades e reforça a ideia de que a docência na infância não é um espaço para eles. Essa visão restringe ainda mais a participação masculina na área e contribui para a desvalorização do trabalho das educadoras (Jaeger; Jacque, 2017).

A ideia de que o curso de Pedagogia é voltado para o público feminino faz com que muitos homens optem por outras licenciaturas ou desistam de seguir na formação de professores/as. Além disso, por ser um ambiente majoritariamente feminino, muitos têm

sua sexualidade questionada, tornando sua identidade um tema de debate. Esse cenário reflete o preconceito presente em nossa realidade, onde a heterossexualidade é vista como padrão e amplamente normalizada. Nas palavras de Louro (2003, p. 49):

Em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeados e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos . A atribuição da diferença é sempre historicamente contingente — ela é dependente de uma situação e de um momento particulares.

Essa visão também exclui os homens, considerados mais adequados para atuar em níveis mais avançados da educação, como o ensino fundamental. Assim, persiste a ideia de que “educadores de sexo masculino não estão aptos a exercer as funções na educação infantil” (Gaia, 2015, p. 103), perpetuando desigualdades e limitando a diversidade profissional.

A Educação infantil foi marcada por diversas transformações significativas com o decorrer dos anos, historicamente as crianças eram vistas como “miniadultos”, sem levar em consideração as suas necessidades particulares. Essa visão começou a mudar com o renascimento, mas, foi somente no século XIX e XX que foi estabelecida a concepção da infância como uma etapa importante no desenvolvimento humano (Ferraz, 2023).

No Brasil, o olhar significativo para as crianças teve início com as práticas assistencialistas voltadas para crianças de baixa renda e abandonadas, destacando a instituição das “rodas dos expostos” durante o Período Colonial. Com a evolução da industrialização e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, as primeiras creches apresentadas foram com um caráter de caridade e controle social. Somente a partir do século XX, com a ampliação dos direitos sociais e as lutas dos movimentos Feministas e Educativos que a educação infantil começou a ser reconhecida como um direito da criança e a responsabilidade do estado (Soares, 2024).

Com a Constituição Federal, de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de 1990, que foi um marco crucial para assegurar o direito à Educação infantil, determinando a creche e a pré-escola como componente indispensável. No Art. 29 do ECA:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o

desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, potencializou essa transformação quando colocou a educação infantil no sistema educacional separando da assistência social, incluindo-a como a primeira etapa da Educação Básica (Brasil, 1996). Atualmente, a Educação Infantil ainda enfrenta a falta de valorização e continua sendo associada a um simples espaço de acolhimento para crianças, mesmo com os avanços na área e a formação continuada das professoras, sua imagem segue frequentemente vinculada à de cuidadoras.

Grande parte das famílias desconhece a importância dessa etapa da educação, o que contribui para a desvalorização do trabalho dos profissionais da área. A dificuldade em reconhecer as instituições de Educação Infantil como espaços escolares reflete diretamente na identidade das educadoras, que muitas vezes são vistas como incompetentes ou desqualificadas, pois seu trabalho é reduzido ao ato de cuidar, enquanto o papel educativo acaba ficando em segundo plano (Santos, 2024).

No cotidiano das creches e pré-escolas, a educadora lida com diversas demandas assistencialistas, como o desfralde das crianças, os cuidados com a alimentação, o banho e a higiene. Com isso, as atividades pedagógicas são minimizadas. Esse também é um dos motivos pelos quais os educadores homens encontram dificuldades para ingressar nesse espaço, historicamente visto como feminino. Além disso, tanto as instituições quanto as famílias muitas vezes não oferecem abertura para a presença masculina na Educação Infantil, devido a medos e estereótipos relacionados a possíveis casos de assédio ou abuso (Ciriano; Silva; Santos, 2025).

Muitos homens que demonstram interesse na Educação Infantil em frente ao preconceito de questionamentos sobre suas escolhas, que os desencorajam seguir a profissão. Antes da promulgação da LDBEN, em 1996, não havia exigência oficial de formação para atuar nessa etapa de ensino. Exigindo apenas habilidades como carinho, paciência, um dom com crianças e, sobretudo, ser mulher. Devido à associação às funções domiciliares e maternas, foi normalizado a educação infantil como uma suposta “vocação feminina”. Assim, a profissão se tornou majoritariamente feminina, graças aos

papéis estereotipados e definidos socialmente para homens e mulheres.

Nesse contexto, conforme Monteiro e Altmann (2014), a presença de homens na educação infantil é frequentemente percebida com desconfiança, sendo vistos como transgressores das normas de gênero estabelecidas. Essa realidade reflete uma divisão de papéis na qual o cuidado e a educação de crianças foram historicamente vinculados às mulheres, resultando em um ambiente que não apenas marginaliza a atuação masculina, mas também alimenta estigmas que associam homens a uma capacidade reduzida de cuidar, em contraste com as expectativas sociais de masculinidade.

Para Silva e Martins (2016), a escassez de homens na Educação Infantil faz com que os poucos profissionais que atuam nesse espaço sejam rotulados como homossexuais. Isso ocorre porque, ao longo do tempo, os homens foram socialmente direcionados para funções relacionadas à manutenção da ordem, ao cumprimento das leis e ao sustento da família. As autoras complementam afirmando que “devido a várias mudanças que têm acontecido com o passar dos séculos referente à profissão docente e à relação de gêneros e masculinidade, a presença de homens na Educação Infantil é um assunto que gera muitos debates...” (Silva; Martins, 2016, p. 1). Além disso, os conceitos de masculinidade, frequentemente associados a características como rigidez, frieza e agressividade, criam barreiras que dificultam a permanência masculina no magistério e contribuem para a evasão desses profissionais na área. Após apresentarmos os referenciais teóricos que sustentam este trabalho, passamos a expor a metodologia utilizada para a coleta de dados deste artigo.

### **3. Metodologia**

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. Segundo Cardano (2017), a pesquisa qualitativa é um método de investigação que busca representar fenômenos sociais de maneira processual e contingente, enfatizando a redução da extensão do domínio observado em vez da simplificação do objeto. Ela se caracteriza pela utilização de formas de observação mais próximas do objeto de estudo e pela harmonização dos processos de construção dos dados peculiares no contexto empírico.



A pesquisa bibliográfica é voltada à análise e interpretação de obras teóricas e artigos científicos que exploram os temas centrais da pesquisa. De acordo com Antonio Carlos Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. No caso específico desta pesquisa, essa abordagem busca conhecer as construções de gênero presentes na literatura sobre a prática pedagógica de educadoras na educação infantil, no período de 2020 a 2024.

Para a coleta dos materiais utilizados na revisão bibliográfica realizada neste trabalho, foi utilizada a base de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. As obras foram selecionadas com base em sua relevância para o tema, priorizando fundamentos teóricos e reflexões já publicadas sobre docência e as relações de gênero na Educação Infantil. Foram adotados como critérios de inclusão: trabalhos escritos em língua portuguesa publicados entre os anos de 2020 e 2024. Por outro lado, os critérios de exclusão envolveram a eliminação de estudos que abordassem o tema sem foco direto nas relações entre gênero e educação infantil; publicações em idiomas estrangeiros; materiais que não estivessem disponíveis na íntegra para leitura e análise.

A busca foi realizada utilizando combinações entre os seguintes termos-chave: “Educação Infantil e Gênero”, “Docência e educação infantil e gênero”. O levantamento bibliográfico inicial é considerado um estudo exploratório, pois tem como objetivo auxiliar o/a pesquisador/a a se familiarizar com a área de interesse e delimitar o tema de pesquisa. Conforme aponta Gil (2002, p. 61), essa revisão possibilita uma definição mais objetiva do problema de pesquisa, permitindo um aprofundamento teórico e uma melhor compreensão das questões envolvidas.

Com os critérios estabelecidos nesta pesquisa, foram mapeados inicialmente 34 trabalhos que, em um primeiro momento, apresentavam termos-chave relacionados a “Educação Infantil”, “Gênero” e “Docência”. No entanto, à medida que a análise foi aprofundada, 10 desses estudos foram excluídos por não estarem disponíveis na íntegra, inviabilizando a leitura e a extração de dados relevantes. Em seguida, 8 trabalhos foram desconsiderados por não atenderem ao recorte temporal definido (publicações entre 2020 e 2024), e outros 5 foram eliminados por estarem redigidos em idiomas estrangeiros, dificultando a análise textual com precisão.

Além disso, 2 artigos, apesar de mencionarem gênero e Educação Infantil, não apresentavam enfoque articulado aos objetivos da pesquisa, não explorando diretamente a relação entre a prática docente e gênero. Dessa forma, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a amostra final foi composta por 9 artigos que constituíram a base para a análise crítica sobre as representações e experiências de gênero no exercício da docência na educação infantil, conforme apresentamos no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1: Produções sobre gênero e educação infantil**

| <b>Título do artigo</b>                                                                                                                                                                            | <b>Autor (a)</b>        | <b>Periódico</b>                    | <b>Ano da publicação</b> | <b>Link do artigo</b>                                                                                                                                                     | <b>Data da busca</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Gênero e infância na pré-escola: recortes narrativos de pesquisa com crianças                                                                                                                      | Batista e Santos        | Revista Educação em Questão         | 2024                     | <a href="https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/36796">https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/36796</a>                             | 18 de abril          |
| Crianças e gênero no contexto da educação infantil na Amazônia Bragantina (Brasil)                                                                                                                 | Vieira <i>et al.</i>    | Educamazônia                        | 2024                     | <a href="https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/14053/8979">https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/14053/8979</a> | 18 de abril          |
| Enredando Gênero na educação infantil: cultura visual, imagens disruptivas e prática pedagógica<br>Enredando Gênero na educação infantil: cultura visual, imagens disruptivas e prática pedagógica | Wend e Valle            | Revista Apotheke                    | 2023                     | <a href="https://www.revistas.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/24047">https://www.revistas.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/24047</a>                     | 19 de abril          |
| Interlocuções entre Frida Kahlo e gênero: desconstruindo estereótipos na educação infantil                                                                                                         | Wend, Rodrigues e Valle | Revista Educação e diversidade      | 2023                     | <a href="https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15437/10295">https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15437/10295</a>                                       | 20 de abril          |
| A utilização de imagens na educação infantil e os estereótipos de gênero                                                                                                                           | Silva <i>et al.</i>     | Cuadernos de Educación y Desarrollo | 2023                     | <a href="https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/1532">https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/1532</a>                   | 19 de abril          |

|                                                                                                         |                             |                                                 |      |                                                                                                                                                                                           |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Relações de gênero na educação infantil: jogos, brinquedos e brincadeiras nas aulas de Educação Física. | Boaventura e Lacerda        | Científica Digital                              | 2022 | <a href="https://www.academia.edu/download/100736426/220308238.pdf">https://www.academia.edu/download/100736426/220308238.pdf</a>                                                         | 20 de abril |
| Controvérsias e binarismos: concepções de professoras sobre brincadeiras e gênero na educação infantil. | Corrêa, Graupe e Bragagnolo | Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade | 2021 | <a href="http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432021000200243&amp;script=sci_arttext">http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432021000200243&amp;script=sci_arttext</a> | 18 de abril |
| Gênero e sexualidade na educação infantil: experiência formativa com professoras                        | Santos <i>et al.</i>        | Interfaces Científicas -Educação                | 2021 | <a href="http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432021000200243&amp;script=sci_arttext">http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432021000200243&amp;script=sci_arttext</a> | 21 de abril |
| Práticas pedagógicas na educação infantil na perspectiva de gênero: mapas em aberto                     | Carvalho e Silva            | Revista Ciências Humanas                        | 2020 | <a href="https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/571/335">https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/571/335</a>                                             | 19 de abril |

Fonte: Elaboração própria, 2025.

#### 4. Resultados e discussões

Nesta parte do trabalho, apresentamos os resultados sobre como as práticas pedagógicas na Educação Infantil ainda reproduzem estereótipos de gênero e, ao mesmo tempo, evidenciam potencial para desconstruí-los a partir de uma abordagem reflexiva, formativa e intencional por parte das educadoras. O texto evidencia que a identidade de gênero é uma construção social que ultrapassa determinismos biológicos, sendo influenciada pelas interações, escolhas pedagógicas e materiais didáticos presentes no cotidiano escolar.

Cada eixo temático permite explorar uma dimensão específica da prática educativa: o primeiro investiga como as identidades de gênero das educadoras impactam suas ações pedagógicas; o segundo analisa a persistência de estereótipos de gênero e as possibilidades de superação no cotidiano escolar; e o terceiro foca nos obstáculos e caminhos para uma formação docente mais crítica e sensível à diversidade. Os artigos utilizados foram selecionados com base em critérios de atualidade (entre 2020 e 2024),

relevância teórica e afinidade com os objetivos da pesquisa. Essa curadoria permitiu construir uma análise consistente e alinhada às vivências contemporâneas das educadoras, articulando teoria e prática com base nas produções científicas mais recentes sobre o tema.

#### **4.1 Gênero e sua influência na prática pedagógica das educadoras**

Gênero, conceito compreendido como uma construção social que ultrapassa a mera definição biológica de masculino e feminino, exerce influência direta sobre as práticas pedagógicas na Educação Infantil. Autores como Wend, Rodrigues e Valle (2023) defendem que a prática educativa deve se transformar em um espaço de diálogo, sensibilidade e escuta ativa, no qual as educadoras reflitam sobre seus próprios posicionamentos, preconceitos e práticas cotidianas.

Silva *et al.* (2023), porém, alertam que, apesar da relevância do tema, muitas professoras ainda carregam receios e compreensões fragmentadas sobre identidade de gênero, o que se reflete em práticas conservadoras e na escolha de materiais que reforçam padrões tradicionais de masculinidade e feminilidade. Essa ausência de preparo, aliada à força de normas culturais internalizadas, compromete o potencial inclusivo da educação infantil e contribui para a naturalização de papéis sociais baseados em estereótipos.

De forma semelhante, Carvalho e Silva (2020) chamam atenção para a permanência de uma visão binária e heteronormativa nas ações pedagógicas, que reforçam distinções entre “meninos e meninas”, por meio da organização de atividades e distribuição de papéis sociais. No entanto, esses/as autores/as também reconhecem o potencial transformador da formação continuada. Ao desconstruir concepções tradicionais e promover um olhar crítico, as educadoras podem atuar com maior consciência, criando um ambiente mais acolhedor e respeitoso às subjetividades das crianças.

Nesse mesmo sentido, Boaventura e Lacerda (2022) reforçam que o ambiente escolar é um dos primeiros espaços em que as crianças constroem e percebem suas identidades de gênero, sendo fortemente influenciadas pelas atitudes e escolhas

pedagógicas das educadoras. Ao privilegiar atividades que desafiem os modelos hegemônicos - como a separação de brinquedos e dinâmicas por sexo, as docentes podem contribuir para uma educação mais equitativa, favorecendo o desenvolvimento da autoestima e de uma autoimagem livre de padrões opressores.

Vieira *et al.* (2024) e Batista e Santos (2024) destacam que a prática pedagógica pode tanto reforçar quanto questionar normas de gênero. A escolha está diretamente ligada ao nível de reflexão crítica das educadoras e à intencionalidade de suas ações. Quando há formação e sensibilização, possibilita-se construir práticas que valorizam a pluralidade e permitem às crianças explorarem livremente suas expressões de identidade.

Apesar dos avanços teóricos e das propostas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade, a prática educativa ainda enfrenta resistências significativas quando se trata de trabalhar questões relacionadas à identidade de gênero. Conforme aponta Silva *et al.* (2023), muitas educadoras, ainda que bem-intencionadas, demonstram insegurança ou desconhecimento sobre como abordar o tema de maneira adequada, o que as leva a evitar discussões mais profundas e críticas sobre gênero. Essa postura pode gerar ambientes escolares que, ao invés de promoverem a pluralidade de identidades, acabam reforçando estereótipos tradicionais e invisibilizando expressões de gênero divergentes da norma binária.

Nesse sentido, as autoras Carvalho e Silva (2020) defendem que ainda é comum que educadoras atuem com base em uma lógica heteronormativa e essencialista de gênero, o que repercute na separação de atividades, brinquedos e espaços por sexo. Essa naturalização das diferenças entre meninos e meninas contribui para a reprodução de um currículo oculto que molda comportamentos e expectativas sociais desde os primeiros anos de vida escolar. De maneira semelhante, Boaventura e Lacerda (2022) identificam que rotinas escolares e brincadeiras frequentemente reproduzem padrões de masculinidade e feminilidade que limitam as possibilidades de expressão das crianças.

Por outro lado, autores como Santos *et al.* (2021) e Batista e Santos (2024) enfatizam que as educadoras que passam por processos de reflexão sobre suas próprias identidades e vivências de gênero tendem a se tornar mais conscientes e sensíveis às necessidades das crianças, promovendo práticas pedagógicas mais emancipatórias. No

entanto, esses processos ainda são pouco incentivados nas formações iniciais e continuadas, dificultando a construção de uma prática verdadeiramente inclusiva.

Assim, observa-se um tensionamento entre o discurso progressista e a realidade cotidiana das escolas. A proposta de uma pedagogia da diversidade de gênero exige mais do que boa vontade: requer formação crítica, apoio institucional e enfrentamento de resistências sociais, políticas e religiosas que ainda perpassam o ambiente escolar. Conforme sintetizam Vieira *et al.* (2024), a construção de uma prática pedagógica que valorize identidades de gênero plurais só será possível se houver comprometimento coletivo com a transformação cultural da escola, reconhecendo-a como espaço de disputa de sentidos, onde a desconstrução de preconceitos precisa ser contínua, profunda e intencional.

#### **4.2 Reprodução e desconstrução de estereótipos de gênero nas práticas educativas**

A reprodução de estereótipos de gênero nas práticas educativas é um fenômeno ainda amplamente presente, sustentado por discursos culturais, imagens normativas e práticas pedagógicas que operam muitas vezes de forma inconsciente. Autores/as como Wend, Rodrigues e Valle (2023) destacam que essas representações seguem uma lógica binária e conservadora, limitando as formas de expressão e de identidade desde a infância. Essa normatização se manifesta em recursos didáticos, nos livros ilustrados, nas músicas utilizadas em sala, nas representações de personagens e até nas expectativas de comportamento que as educadoras projetam sobre meninos e meninas. Tais estereótipos não apenas reforçam papéis sociais historicamente definidos, mas também dificultam a construção de subjetividades mais plurais e autênticas.

Silva *et al.* (2023) seguem na mesma perspectiva ao evidenciar que muitas educadoras, mesmo conscientes do impacto dessas representações, acabam reproduzindo visões conservadoras por falta de formação crítica ou por receio de enfrentar resistência das famílias e da própria instituição escolar. A escolha de brinquedos, jogos e atividades ainda é feita, em muitos contextos, a partir de uma lógica de gênero cristalizada: bonecas para meninas, carrinhos e jogos de ação para meninos. Isso revela uma contradição entre a intenção de promover uma educação igualitária e a prática cotidiana que, na maioria das

vezes, reforça os papéis de gênero tradicionais.

Carvalho e Silva (2020), por sua vez, aprofundam essa discussão ao mostrarem que a reprodução de estereótipos não se dá apenas nas escolhas pedagógicas explícitas, mas também na organização dos espaços escolares, nas formas de linguagem e nas interações afetivas com as crianças. Ao naturalizar comportamentos considerados “adequados” para meninos e meninas, as práticas pedagógicas reforçam hierarquias e desigualdades que, mais tarde, se refletem nas relações sociais e profissionais. Assim, a escola - que poderia ser um espaço privilegiado para a liberdade e a experimentação - muitas vezes se transforma em um ambiente normativo e regulador.

Corrêa, Graupe e Bragagnolo (2021) reforçam essa ideia ao apontarem que as distinções como “brincar como menino” ou “brincar como menina” ainda estão muito presentes, o que reduz o campo de possibilidades das crianças. Além disso, os autores alertam para a importância de se reconhecer que essas práticas não ocorrem apenas por tradição, mas também por falta de formação continuada que estimule as educadoras a reverem suas ações e refletirem criticamente sobre o impacto que causam nas construções identitárias infantis.

Vieira *et al.* (2024) acrescentam que esse processo de reprodução é facilitado pela naturalização dos discursos sexistas e heteronormativos, internalizados pelas educadoras e perpetuados sem o devido questionamento. O ambiente escolar torna-se, assim, uma extensão das dinâmicas sociais que marginalizam identidades dissidentes e fortalecem modelos excludentes. A reprodução dos estereótipos, segundo os autores, não se limita a ações pontuais, mas perpassa toda estrutura da educação infantil, desde o currículo oculto até os valores implícitos nas interações diárias.

Batista e Santos (2024) colocam em evidência que, mesmo em um cenário em que se discute diversidade e inclusão, a escola ainda atua como um espaço de socialização conservadora. Os autores ressaltam que, ao reforçar papéis de gênero normativo, os processos educativos comprometem o desenvolvimento infantil das crianças e perpetuam desigualdades históricas. Isso é agravado pela ausência de políticas públicas mais incisivas no campo da formação docente e pela pressão de setores sociais que se opõem à abordagem de gênero na educação básica.

Santos *et al.* (2021) chamam atenção para a maneira como as próprias relações

cotidianas, como elogios, repreensões ou permissões diferenciadas, contribuem para a internalização precoce de expectativas de gênero. Ao serem elogiadas por sua beleza e delicadeza, enquanto os meninos são incentivados à força e à coragem, as crianças assimilam desde cedo o que se espera delas, o que acaba condicionando suas escolhas, afetividades e identidades.

A superação da reprodução de estereótipos de gênero na educação infantil passa, segundo os autores/as, por um processo intencional e contínuo de reflexão, formação e prática pedagógica crítica. Vários estudos apontam que a transformação das práticas educativas depende, primeiramente, da formação inicial e continuada das educadoras, que deve contemplar questões de gênero de maneira transversal e comprometida.

Wend, Rodrigues e Vall (2023) propõe que as educadoras assumam uma postura ativa e crítica frente aos materiais pedagógicos, questionando representações normativas de gênero presentes em livros, músicas e imagens utilizadas no cotidiano escolar. Para os/as autores/as, é fundamental que o currículo seja repensado a partir de uma perspectiva de equidade, permitindo que meninos e meninas experimentem diferentes linguagens, afetividades e expressões corporais, sem se sentirem limitados por expectativas externas.

Silva *et al.* (2023), sugerem que a autoformação e a autopercepção das educadoras são pontos centrais no processo de desconstrução. As práticas pedagógicas só podem ser transformadas quando há um esforço consciente de análise dos próprios valores, preconceitos e vivências. A escuta sensível, o diálogo aberto com as crianças e a observação crítica do cotidiano podem revelar oportunidades pedagógicas valiosas para discutir as diferenças, sem reforçar desigualdades. Além disso, os autores incentivam a utilização de narrativas e personagens diversos que rompam com os modelos tradicionais de feminilidade e masculinidade.

Para Carvalho e Silva (2020), um passo essencial está na reorganização dos espaços escolares e na oferta de atividades marcadas por gênero. Ao evitar separações como “canto e meninas” e “canto de meninos”, as educadoras podem favorecer experiências coletivas e inclusivas, nas quais todas as crianças se sintam convidadas a participar e explorar diferentes formas de ser e estar no mundo. A reformulação do espaço físico, aliada a uma escuta ativa das crianças, favorece a criação de um ambiente mais democrático e acolhedor às diferenças.



Corrêa, Graupe e Bragagnolo (2021), enfatizam a importância de práticas pedagógicas que valorizem o brincar livre e promovam a multiplicidade de experiências. Segundo os/as autores/as, permitir que as crianças transitem por diferentes papéis e experimentem diversas possibilidades simbólicas é um caminho potente para romper com os limites impostos pela lógica binária de gênero. Isso requer coragem institucional e comprometimento das gestoras e coordenadoras pedagógicas, que precisam apoiar as docentes nesse processo de mudança cultural.

Vieira *et al.* (2024), propõe a incorporação de uma educação para as relações de gênero como diretriz institucional, integrando-a ao projeto político-pedagógico das escolas. Tal abordagem envolve tanto a formação docente quanto a inclusão das famílias no processo, a fim de construir um espaço educativo dialógico e aberto às diversidades. Para os autores, a desconstrução dos estereótipos é um movimento coletivo, que demanda o enfrentamento de discursos conservadores, mas que pode gerar ganhos significativos na formação cidadã e afetiva das crianças.

Batista e Santos (2024), destacam a relevância de projetos interdisciplinares que abordam a temática de gênero desde as linguagens artísticas, literárias e corporais. A promoção de rodas de conversa, contação de histórias com protagonismo feminino ou LGBTQIA+, bem como a valorização das emoções e da empatia, são práticas pedagógicas eficazes para fomentar um ambiente de respeito à diversidade. Os autores sugerem ainda que as escolas se posicionem politicamente na defesa de uma educação comprometida com os direitos humanos e a equidade.

Santos *et al.* (2021), ressaltam que é preciso ir além da crítica teórica e construir práticas cotidianas que afirmam outras possibilidades de existência. A linguagem utilizada pelas educadoras, nos elogios, nos chamados, nas regras e convivência, deve ser revisada para não reproduzir modelos hierárquicos ou excludentes. Os/As autores/as defendem que a educação infantil pode e deve ser um campo fértil para o cultivo da alteridade, da liberdade e do reconhecimento das múltiplas formas de ser criança.

### **4.3 Desafios e possibilidades para a formação docente com enfoque em gênero na Educação Infantil**

A formação docente voltada para as questões de gênero na Educação Infantil ainda enfrenta desafios significativos, refletindo tanto lacunas na formação inicial e continuada quanto barreiras culturais e institucionais profundamente enraizadas. Corrêa, Graupe e Bragagnolo (2021), alertam que as práticas pedagógicas ainda são, em grande parte, moldadas por discursos tradicionais e preconceitos inconscientes, que limitam a capacidade das educadoras de promoverem uma abordagem crítica e transformadora. Essas autoras enfatizam que há uma resistência institucional em reconhecer a importância do debate de gênero, o que gera uma formação docente pouco alinhada com as demandas atuais da diversidade identitária na infância.

De forma complementar, Wend, Rodrigues e Valle (2023) reforçam essa dificuldade, ressaltando que muitas educadoras enfrentam obstáculos conceituais e emocionais que as impedem de incorporar efetivamente a temática de gênero em suas práticas. Para esses/as autores/as, há um “muro de desconhecimento” construído social e culturalmente, quem pede que o tema seja abordado de maneira crítica e contextualizada. A ausência de formação específica, somada a influências conservadoras, contribui para o silenciamento ou distorção de questões de gênero no cotidiano escolar.

Silva *et al.* (2023) acrescentam que, mesmo quando há um reconhecimento da importância do tema, muitos docentes sentem-se inseguros e despreparados para promovê-lo temendo controversas ou rejeições da comunidade. Essa insegurança revela a fragilidade de uma formação que, na maioria das vezes, não dialoga com desafios práticos enfrentados pelas professoras na educação infantil. Nesse sentido, os/as autores/as destacam a importância de ações formativas que partem da realidade vivida pelos profissionais da educação e incentivem a reflexão crítica sobre seus próprios discursos e práticas.

Outros/as autores/as, como Carvalho e Silva (2020), sublinham que essa resistência não se limita as profissionais individualmente, mas está enraizada em uma cultura escolar marcada por percepções tradicionais e, muitas vezes, por valores religiosos que operam como obstáculos a desconstrução de estereótipos. Eles apontam que a falta de materiais pedagógicos e a escassez de conteúdos formativos aprofundados

sobre diversidade de gênero reforçam a reprodução de práticas que perpetuam desigualdades.

Do ponto de vista estrutural, Boaventura e Lacerda (2022) destacam que a própria cultura patriarcal e as políticas públicas pouco efetivas tornam a formação docente em gênero uma tarefa desafiadora. As autoras indicam que a uma ausência de diretrizes claras e de apoio institucional para integrar de forma concreta os debates sobre identidade e desigualdade de gênero nos currículos da formação docente.

Santos *et al.* (2021), ao abordar o peso das crenças tradicionais e dos preconceitos internalizados apontam que mesmo em contextos em que há espaço para a inovação pedagógica, as professoras muitas vezes hesitam em abordar questões de gênero por receio de enfrentamentos como famílias ou gestores escolares. O medo de represálias associado à falta de preparo teórico e metodológico contribui para a perpetuação de práticas normativas.

Vieira *et al.* (2024) e Batista e Santos (2024) indicam que um dos maiores desafios é romper com o ciclo de reprodução de discursos tradicionais que naturalizam desigualdades. Para isso, é necessário repensar profundamente os conteúdos curriculares da formação docente, promovendo uma abordagem crítica que questione as bases culturais da desigualdade de gênero desde a infância.

Como se observa, há um ponto de convergência entre os autores quanto à identificação de desafios estruturais e culturais, como a insuficiência de formação específica, o medo de enfrentamentos à cultura patriarcal e a reprodução de estereótipos. No entanto, há diferenças de ênfase: enquanto alguns autores destacam a ausência de conteúdos e materiais (Carvalho e Silva, 2020; Corrêa, Graupe e Bragagnolo, 2021), outros colocam mais peso nas barreiras emocionais e culturais enfrentadas pelas educadoras (Silva *et al.*, 2023; Santos *et al.*, 2021). Todos, contudo, apontam para a urgência de uma formação docente transformadora, crítica e sensível à diversidade de gênero.

Um dos principais desafios enfrentados na formação docente com enfoque em gênero na educação infantil é a ausência de uma abordagem crítica e sistemática sobre o tema nos currículos de formação inicial e continuada. Corrêa, Graupe e Bragagnolo (2021) destacam que os cursos de licenciatura muitas vezes negligenciam conteúdos

específicos sobre gênero, o que contribui para práticas pedagógicas baseadas em discursos tradicionais e preconceitos inconscientes. Essa lacuna formativa gera insegurança nas educadoras e limita a capacidade de desenvolver estratégias pedagógicas que favoreçam a diversidade de gênero.

Essa dificuldade é reforçada por Wend, Rodrigues e Valle (2023), que apontam que muitos profissionais enfrentam barreiras culturais e sociais que inibem uma abordagem crítica sobre gênero. A resistência institucional, a influência de valores religiosos e morais conservadores e a falta de respaldo das políticas educacionais tornam o ambiente escolar pouco receptivo às discussões e gênero, principalmente na infância, fase ainda cercada de idealizações de inocência e neutralidade.

De forma convergente, Silva *et al.* (2023), observam que além da carência teórica, há também um receio das educadoras em abordar temas de gênero por medo de gerar conflitos com famílias ou gestores escolares. Isso revela uma fragilidade não apenas na formação docente, mas também na cultura escolar, que tende reproduzir padrões normativos de masculinidade e feminilidade, evitando problematizações que possam desestabilizar tais estruturas.

Outro ponto destacado por Carvalho e Silva (2020) está relacionado à naturalização de estereótipos e a dificuldade de reconhecer que a escola é, sim, um espaço de reprodução (ou superação) das desigualdades de gênero. A falta de materiais pedagógicos adequados, aliada ao despreparo institucional para apoiar essas discussões, fortalece o silenciamento da temática no cotidiano escolar.

Para Boaventura e Lacerda (2022), a formação docente precisa enfrentar o desafio estrutural da cultura patriarcal, que ainda orienta os currículos e práticas escolares. A resistência cultural à tematização de gênero desde a infância está diretamente ligada a manutenção de uma lógica de desigualdade que perpetua papéis fixos e binarismos identitários.

Santos *et al.* (2021) também alertam para o desafio das crenças pessoais e preconceitos enraizados nas práticas das educadoras, muitas vezes internalizadas de forma inconsciente. A ausência de espaços reflexivos nos cursos de formação dificulta a desconstrução dessas visões, tornando urgente a criação de ambientes formativos que possibilitem o enfrentamento desses discursos.

Por fim, Vieira *et al.* (2024) e Batista e Santos (2024) convergem na ideia de que a ausência de conteúdos formativos contextualizados e críticos impede que as educadoras compreendam as dimensões interseccionais das desigualdades de gênero. Isso acarreta um desafio duplo: superar tanto o desconhecimento técnico quanto o medo de abordar questões consideradas “polêmicas”, especialmente em uma etapa da educação que ainda é vista como desprovida de conflitos sociais.

## 5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo investigar as principais construções de gênero identificadas na literatura acadêmica, entre os anos de 2020 a 2024, sobre a prática pedagógica de educadoras na Educação Infantil. A problematização da pesquisa focou em entender como as identidades e experiências de gênero influenciam as práticas pedagógicas dessas educadoras, além de identificar diferentes perspectivas sobre gênero no contexto educacional da infância.

Em relação aos objetivos propostos, pode-se afirmar que todos foram, de certa forma, alcançados. A revisão da literatura acadêmica permitiu mapear as construções de gênero presentes nas práticas pedagógicas das educadoras, com destaque para as questões relativas à reprodução de estereótipos de gênero e ao papel da educadora na desconstrução desses estereótipos. As identidades de gênero das educadoras, muitas vezes influenciadas por suas experiências pessoais e pelo contexto social, impactam diretamente como se relacionam com as crianças, influenciando, por exemplo, as interações em sala de aula e as escolhas pedagógicas. Além disso, foram identificadas diferentes perspectivas sobre o gênero no contexto da educação infantil, como a perspectiva construcionista e a crítica, que buscam ressignificar as relações de gênero na educação desde a infância.

Este estudo também evidenciou alguns limites. A análise foi restrita à literatura publicada entre 2020 e 2024, o que pode ter deixado de fora estudos relevantes anteriores a esse período. Além disso, a maioria dos artigos revisados concentrou-se em abordagens teóricas, carecendo de estudos empíricos que possam aprofundar a compreensão da implementação de práticas pedagógicas que considerem as questões de gênero no dia a

dia escolar. Outro ponto limitante foi a falta de diversidade nas amostras de estudo, uma vez que muitas pesquisas se restringiram a contextos urbanos, não abrangendo as experiências de educadoras em regiões rurais ou em diferentes realidades socioeconômicas.

Outro ponto que merece destaque é a ausência ou superficialidade com que o debate de gênero ainda é tratado nos contextos escolares e na formação docente, especialmente na Educação Infantil. Apesar dos avanços teóricos e da crescente produção acadêmica sobre o tema, ainda há uma lacuna significativa na implementação de práticas pedagógicas que abordam criticamente as construções de gênero desde os primeiros anos da escolarização. Essa omissão contribui para a perpetuação de estereótipos e limitações identitárias, tanto para as crianças quanto para as educadoras, reforçando uma lógica binária e excludente no cotidiano escolar. O enfrentamento dessa realidade exige um compromisso institucional com a formação crítica e continuada, que valorize o tema como eixo estruturante das práticas pedagógicas e da construção de uma educação mais inclusiva e democrática.

Além disso, os resultados desta pesquisa demonstram que as práticas pedagógicas na Educação Infantil ainda reproduzem estereótipos de gênero, mas também evidenciam potencial para desconstruí-los a partir de uma abordagem reflexiva, formativa e intencional por parte das educadoras. O estudo reforça que a identidade de gênero é uma construção social que ultrapassa determinismos biológicos, sendo moldada pelas interações, escolhas pedagógicas e materiais didáticos utilizados no cotidiano escolar.

Para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos empíricos que investiguem como as educadoras aplicam, na prática, as discussões sobre gênero em sua pedagogia. Além disso, seria relevante expandir o olhar para diferentes contextos culturais e sociais, explorando como a educação infantil pode ser um espaço para a transformação das relações de gênero, especialmente em comunidades periféricas e rurais. A ampliação da pesquisa para a inclusão de vozes diversas, como as de educadoras negras, indígenas e LGBTQIA+, também pode enriquecer a compreensão sobre as diferentes formas de vivenciar e refletir sobre o gênero no campo educacional.

Este estudo revela a importância de continuar debatendo e aprofundando a questão das construções de gênero na prática pedagógica na educação infantil, a fim de

garantir um ensino que seja mais inclusivo, igualitário e sensível às diversidades presentes na sociedade. Para nós, como pedagogas em formação, estudar o tema nos permitiu aprender a reconhecer como as construções de gênero influenciam a prática docente desde os primeiros anos da educação básica, a refletir criticamente sobre os estereótipos naturalizados na profissão e a compreender a importância de uma atuação pedagógica comprometida com a equidade, o respeito às diversidades e a desconstrução das desigualdades de gênero no ambiente escolar.

### Referências:

ALVES, Luiz Henrique Peres Scheffer; BACKES, Benicio. O docente homem na educação infantil: trajetórias e desafios de uma experiência. **Brazilian Journal of Development**, [S.l.], v. 7, n. 4, p. 42890-42911, 2021.

ANJOS, Cleriston Izidro; OLIVEIRA, Manasséis Silvério da Silva; ARAUJO, Luciana Aparecida. Gênero na educação infantil: Notas sobre políticas, formação e práticas educativas. **Revista Interacções**, [S.l.], v. 18, n. 61, p. 112-140, 2022.

ARAÚJO, Vania Carvalho de; AUER, Franceila; TAQUINI, Rennati. Política de educação infantil em tempo integral: notas sobre a percepção das famílias. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S.l.], v. 15, 2021.

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de pesquisa**, [S.l.], p. 167-184, 2001.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BATISTA, Maria Thaís de Oliveira; SANTOS, Simone Cabral Marinho. Gênero e infância na pré-escola: recortes narrativos de pesquisa com crianças. **Revista Educação em Questão**, [S.l.], v. 62, n. 73, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/36796>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BOAVENTURA, Daniela Rosa; LACERDA, Léia Teixeira. Relações de gênero na educação infantil: jogos, brinquedos e brincadeiras nas aulas de Educação Física. **Editora Científica Digital**, [S.l.], p. 167-18, 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/100736426/220308238.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e

do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo escolar 2022**. 2022 (On-line). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação**. Tradução: Elisabeth da Rosa Conill. Porto Alegre: Vozes, 2017.

CARVALHO, Graciele Mendes; SILVA, Zuleide Paiva. Práticas pedagógicas na educação infantil na perspectiva de gênero: mapas em aberto. **Revista Ciências Humanas**, [S.l.], v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/571/335>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CIRÍACO, Klinger Teodoro; SILVA, Danielle Abreu; SANTOS, Giovana Maschio Pereira. Do RCNEI à BNCC: Concepção Curricular e Exploração da Matemática com Crianças Pequenas. **Revista de Educação Matemática**, [S.l.], v. 24, 2025.

CORREIA, Luciane Cristina; GRAUPE, Mareli Eliane; BRAGAGNOLO, Regina Ingrid. Controvérsias e binarismos: concepções de professoras sobre brincadeiras e gênero na educação infantil. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, [S.l.], v. 30, n. 62, p. 243-258, 2021. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432021000200243&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432021000200243&script=sci_arttext). Acesso em: 18 abr. 2025.

FERRAZ, Jonatas Francisco. Educação e religião: o impacto da temática religiosa na percepção dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio da Escola Técnica Estadual Dr. Celso Charuri. **Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA**, 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidad Autónoma de Asunción, Asunción, 2023.

GAIA, Ronan da Silva Parreira. Gênero e Docência na Educação Infantil: reflexões acerca das relações entre a prática do cuidado e a atuação masculina em uma profissão culturalmente feminina. **Diálogos Acadêmicos**, Sertãozinho, v. 9, n. 2, p. 99-109, 2015.

GORZONI, Sílvia de Paula; DAVIS, Claudia. O conceito de profissionalidade docente nos estudos mais recentes. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], v. 47, n. 166, p. 1396-1413, 2017.

JAEGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. Masculinidades e docência na educação infantil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 545-570, maio-ago. 2017.



Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p545>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], v. 44, n. 153, set. 2014.

SANTOS, Marta Alencar et al. Gênero e sexualidade na educação infantil: experiência formativa com professoras. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 11, n. 1, p. 67-81, 2021. Disponível em: <https://periodicos.grupotiradentes.com/educacao/article/download/10437/4643>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SANTOS, Thamires Fernanda dos. **O agente educacional na educação infantil: atuação e desafios**. 2024. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2024.

SILVA, Charlliene Lima *et al.* Emotologia, amorosidade e afetividade: perspectivas socioemocionais na sala de aula da educação básica. **REI-Revista de Educação do UNIDEAU**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. e218-e218, 2024.

SILVA, Jarlisse Nina Beserra et al. A utilização de imagens na educação infantil e os estereótipos de gênero. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S.l.], v. 15, n. 8, p. 7560-7583, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15437/10295>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SILVA, Júlio Régis da; MARTINS, Viviane Lima. O professor homem na educação infantil: um olhar acerca do preconceito. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 11, n. 26, jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260077>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SOARES, Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves. **Educação infantil e didática: considerações a partir da pedagogia histórico-crítica**. 2024. 217f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 81-103, 2001/2002.

VIEIRA, Ana Paula *et al.* Crianças e gênero no contexto da educação infantil na Amazônia Bragantina (Brasil). **Educamazônia-Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 17, n. 01, p. 294-316, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/14053/8979>. Acesso em: 18 abr. 2025.

WENDT, Lucas de Bárbara; RODRIGUES, Cauê; VALLE, Lutiére Dalla. Interlocuções entre Frida Kahlo e gênero: desconstruindo estereótipos na educação infantil.

**Diversidade e Educação**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 99-123, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15437/10295>. Acesso em: 19 abr. 2025.

WENDT, Lucas de Bárbara; VALLE, Lutiére Dalla. Enredando Gênero na educação infantil: cultura visual, imagens disruptivas e prática pedagógica. **Revista Apotheke**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 064-083, 2023. Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/24047>. Acesso em: 19 abr. 2025.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011.